

Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010 - 2013

**Município de
RIBEIRÃO GRANDE**

PLANO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**Prefeitura Municipal de RIBEIRÃO GRANDE
Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
Casa da Agricultura de RIBEIRÃO GRANDE
Escritório de Desenvolvimento Rural ITAPETININGA**

Período de vigência: 2010 a 2013

Apresentação

1. Identificação e Caracterização do Município

Histórico:

O Município de Ribeirão Grande localiza-se no Vale do Alto Paranapanema, região Sudoeste do Estado de São Paulo, cerca de 230 quilômetros da capital paulista. Ribeirão Grande tem sua história ligada à cidade de Capão Bonito, município do qual era distrito e tendo sua fundação em 19 de maio de 1991 e emancipada no dia 30 de dezembro de 1991.

A trajetória histórica de Ribeirão Grande nos revela uma pista sobre o aparente paradoxo da “crise de identidade” pela qual passa o município que, em verdade, localiza-se num dos sítios iniciais de povoamento de toda uma região. Esse povoamento se deu a partir dos núcleos de Freguesia Velha e Ribeirão dos Cruzes, ambos atualmente pertencentes à área ocupada pelo Município de Ribeirão Grande.

A população da Freguesia Velha estava fixada anteriormente na cidade de Itapetininga, onde havia sido erigida uma capela à margem direita do rio São José, ou Apiaí – Mirim, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. Por volta do ano de 1700, esta capela foi transferida para um local denominado Arraial Velho e posteriormente passou à Freguesia Velha, à margem do rio das Almas, já em Capão Bonito. Em 1840, o sr, Pedro Xavier dos Passos, vulgo Sucury, comprou parte da fazenda Capão Bonito, de propriedade do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, fazendo uma doação de 150 braças de terras a Nossa da Conceição. O vigário da Paróquia, Pe Manoel Álvares Carneiro, edificou no terreno doado uma capela, para onde foi transferida a sede paroquial, em 19 de fevereiro de 1843 e onde foi organizada a vila denominada Nossa Senhora da Conceição do Paranapanema. Pela lei de nº 03 de janeiro de 1843, foi elevada a Distrito de Paz com o nome de Capão Bonito do Paranapanema, tornando – se município pela lei de nº 17 de 02 de abril de 1857 e a

comarca com o nome de Capão Bonito, pela lei de nº 91, de 28 de abril de 1883. É considerado o seu fundador o Padre Joaquim Manoel Alves Carneiro.

O Bairro de Ribeirão dos Cruzes cresceu em torno de uma construção de pau-a-pique, não tendo portanto uma datação precisa (Kani, 1997). Essa construção chamada de Casa Grande (hoje transformada em centro cultural), além de abrigar a família Cruz caracterizava-se por ser uma “venda” ou posto de trocas, utilizado por tropeiros que se dirigiam ao sul do país ou pelos “caçadores” de ouro de aluvião das Muralhas de Pedras ou Encanados, dos Rios das Almas, das Conchas e do Ribeirão Velho, no século XVIII. Em torno da Casa Grande originou-se uma povoação, na sua maioria formada por membros da família Cruz, que acabou por nomear o bairro a que originou.

Freguesia do Município de Botucatu desde março de 1889, com o nome de Bom Jesus do Ribeirão Grande, em 05 de agosto de 1910 o então Distrito foi simplesmente extinto e incorporado ao de Espírito Santo do Rio Pardo, também pertencente à Botucatu.

Em 28 de fevereiro de 1964, (mais de meio século após a extinção) Ribeirão Grande ressurgiu como Distrito, com a denominação atual, por meio de um movimento no qual se destaca como uma das principais lideranças o Cônego Pedro José Vieira. Tal liderança também protagonizou o movimento que culminaria na autonomia municipal, obtida em 30 de dezembro de 1991, após a longa trajetória de protestos.

Ribeirão Grande se beneficia pela exuberante Mata Atlântica que rodeia o município e sendo a sede do Parque Intervales tem um potencial turístico maior que os municípios vizinhos, ressaltando também que o município foi o verdadeiro berço da colonização da região.

Complementando o roteiro histórico-cultural, Ribeirão possui parte dos “encanados”, canais construídos para desviar o curso de córregos e afluentes do Rio das Almas, facilitando assim a exploração de ouro de aluvião por parte dos primeiros ocupantes da região.

Considerando que parte dos “encanados” atravessa área pertencente ao Parque Estadual Intervales, acredita-se que as gestões por parte da Fundação Florestal para ingresso nessa parceria venha a ser muito oportuno, pleiteando, em contrapartida, que as vagas de monitores da visitação e demais postos de trabalho a serem criados (como no translado, por exemplo), sempre que possível, sejam preenchidos com mão de obra recrutada entre os residentes da Zona de Amortecimento (condição, inclusive, a ser observada mesmo se a visitação se der por meio de agências operadoras de turismo).

O município de Ribeirão Grande situa-se no extremo sudoeste do Estado de São Paulo, entre as coordenadas UTM 7.308 e 7.338 N, e 758 e 777 E. Faz divisas com os municípios paulistas de Capão Bonito (a noroeste, a norte e a leste); de Eldorado e de Iporanga (ao sul); e de Guapiara (a sudoeste).

O município de Ribeirão Grande conta com 22 bairros, com 835 unidades de produção cadastradas no LUPA Censo Agropecuário realizado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, CATI), com o maior número de pequenas propriedades, com dificuldade de se locomoverem em períodos de chuva e o ribeirão tem pontos assoreados e sem a presença da mata ciliar e degradação do solo. Eles têm a atividade na agricultura em sistema de agricultura familiar, produzindo hortaliças, feijão, milho e pecuária de leite e corte com intensificação no uso de máquinas e equipamentos.

Alguns trabalham fora com contrato temporário em período da safra na colheita da laranja e na cultura de tomate, uva, colheita de batata e feijão, corte de cebola e outros como diaristas em propriedades vizinhas, para completarem a renda familiar.

O Município de Ribeirão Grande, encontra-se situado na Bacia Hidrográfica do Vale do Alto Paranapanema, na região Sudoeste do Estado de São Paulo, a cerca de 230 km da capital, a uma altitude de 690 m, possui uma área de 338 Km quadrados, fazendo fronteira com os municípios de Capão Bonito (a norte e a leste), Guapiara (a oeste), Iporanga e Eldorado ambos ao sul, caracteriza-se por sua riqueza cultura e cênica. Tratamos neste item (baseados no EIA/RIMA da Companhia de Cimento Ribeirão Grande e no Plano de Manejo do Parque Estadual “Intervalos”), dos aspectos abióticos (geologia, hidrologia, geomorfologia) e dos fatores bióticos (Flora e Fauna), além da ação antrópica, principal fator no uso e ocupação do solo do Município de Ribeirão Grande.

Geologia

A região está inserida no contexto tectônico da Faixa de Dobramentos Apiaí-Ribeira. Trata-se de uma região intensamente deformada por falhamentos transcorrentes e transpressivos de direção NE-SW. Em decorrência disso, a reconstituição estratigráfica das unidades proterozóicas (Grupo Açungui, Formação Iporanga e Complexo Barreiro) fica impossibilitada, sendo apenas proposto um empilhamento tectônico dessas unidades.

Segundo Takahashi et alli (1983), a região é composta pelas seguintes unidades:

- Grupo Açungui: ocupa a maior porção. Os autores dividiram-na em três Formações, porém, na região, são observadas somente as Formações I e III.

Formação I – Nesta área ocorre apenas a fácies inferior dessa Formação. Suas rochas constituem a base do Grupo Açungui e são representadas por carbonatxistos e micaxistos com intercalações de metacalcários, metabasitos e metamargas, além da ocorrência de rochas calciossilicatadas. O termo carbonatxisto é empregado genericamente, pois engloba um pacote de carbonatos impuros que formam rochas foliadas com intercalações de metacalcários e/ou metadolomitos, nem sempre individualizáveis, e até de micaxistos não carbonáticos. Os metacalcários apresentam teores de CaO e MgO diversos, sendo os mais comuns os metacalcários magnesianos. O corpo de metabasitos que ocorre ao longo da borda sul do Complexo Barreiro é constituído essencialmente por hornblenda, plagioclásio e algum quartzo.

Formação III – Filitos, metassiltitos, sericita xistos, metapelitos carbonáticos, filitos grafitosos e metarenitos, com intercalações de metabasitos. Além desses litotipos, há um membro carbonático, composto por metacalcários puros e impuros com intercalações de dolomitos, de granulação fina a média, raramente grossa apresentando textura bandada e localmente brechóide.

Diversos autores admitem que o Grupo Açungui depositou-se em ambiente marinho de plataforma cratônica, tendo sido a Formação I acompanhada de vulcanismo de caráter notadamente básico e a Formação III sucedida por magmatismo também de caráter básico, manifestado por “sills” e “diques” de diabásio em intrusões discordantes.

Na maioria das vezes, os calcários formam dobras e falhas de pequena amplitude independentes das estruturas regionais. Diaclasamentos regionais estão presentes com direção N40° a N50°W, nos quais se formaram os diques de diabásio. Quanto à sua gênese, o calcário encontra-se distribuído abundantemente na crosta terrestre, apresentando-se em camadas e lentes intercaladas nas formações metamórficas e sedimentares, nos diversos períodos geológicos.

Sua origem relaciona-se às acumulações de organismos inferiores, principalmente de ambiente marinho, ou então resultam da precipitação do carbonato de cálcio dissolvido nas águas dos rios, lagos e mares.

Diversos autores admitem para o Grupo Açungui uma deposição em ambiente marinho. A ausência de fósseis leva a não ser aceita a hipótese de origem orgânica direta; os calcários seriam provenientes da precipitação do carbonato de cálcio de águas marinhas, saturadas dessa substância.

Num antigo ambiente de sedimentação, depositaram-se extensas camadas de arenitos, argilas e calcários, formando assim um espesso pacote de sedimentos clásticos e químicos. Posteriormente, o metamorfismo regional afetou essas rochas, provocando alterações na estrutura original e dando origem aos filitos, quartzitos e calcários atuais.

Os esforços do processo metamórfico originaram as fraturas e falhas; por essas aberturas foi possível a percolação de soluções ascendentes, oriundas do próprio processo orogenético que provocaram a dissolução e posterior reprecipitação do carbonato de cálcio, formando pequenos veios de calcita.

Quanto à dolomitização, nenhuma hipótese formulou-se sobre sua origem, visto ser esse um assunto muito complexo e ainda sem uma solução definida. O magmatismo ofiolítico que no Mesozóico afetou toda a região sul do País, ocupou espaços pré-existent nas rochas e originou os atuais diques de diabásio, bastante freqüentes.

Aspectos Positivos: Grandes Reservas de Calcário e suas variáveis.

Aspectos Negativos: A extração e beneficiamento do calcário quando realizado sem as medidas ambientais inerentes a sustentabilidade, podem impactar o meio negativamente.

Recursos minerais

As atividades mineiras desenvolvidas na região restringem-se à lavra de não-metálicos, havendo exploração de metacalcários e argila para cimento no Bairro Sumidouro (empresas CBE e CCRG).

Das ocorrências minerais referidas em bibliografia, como chumbo, cobre, ouro, manganês e fluorita, os aluviões auríferos foram objeto de antiga pesquisa ou lavra. Apesar de aluviões auríferos ocorrerem sobre as diferentes seqüências do Grupo Açungui, parece haver indícios para a faixa de afloramento da Formação Iporanga, contudo, sem evidências de grandes volumes de aluvião ou informações acerca de concentrações significativas de ouro.

Uma ocorrência de manganês foi identificada nas imediações do bairro Capoeira, onde níveis de espessura submétrica de material preto, compacto e ligeiramente magnético, intercalam-se concordantemente em metarritmitos. Análise espectrográfica semiquantitativa para elementos forneceu teor de manganês maior que o limite superior de detecção do método (500 ppm), tratando-se a ocorrência de

prováveis gonditos similares a outros observados na Formação I do Grupo Açungui no Estado do Paraná.

Em resumo, com relação à geologia econômica, merecem destaque, além daquelas já exploradas, as possibilidades para fluorita e mineralizações sulfetadas.

Geomorfologia

A área de Ribeirão Grande está inserida na Província Geomorfológica do Planalto Atlântico, Zona do Planalto de Guapiara (IPT, 1981), que compreende a região elevada do alto da Serra de Paranapiacaba e estende-se até a cobertura sedimentar da bacia do Paraná. É uma região que comporta os afluentes de alto curso da margem esquerda do Paranapanema, cuja borda sul marca o divisor de águas da drenagem continental (Paranapanema) da litorânea (Ribeira).

O relevo é sustentado basicamente por filitos, argilas, quartzitos a metabasitos do Grupo Açungui. São importantes, também, os granitos que dão suporte aos principais divisores de águas e de grandes trechos da crista da Serra de Paranapiacaba. Algumas cristas monoclinais tendem a aparecer em função do mergulho de camadas.

A área do empreendimento encontra-se sobre relevo do tipo morros com serras restritas (IPT, 1981). A amplitude local varia de 200 a 230 metros; a altitude dos topos dos morros oscila entre 700 a 930 metros localmente. A declividade dominante está entre 20 e 30%. Apresenta formas muito dissecadas, com vales entalhados associados a vales pouco entalhados, com alta densidade de drenagem. São áreas sujeitas a processos erosivos agressivos, inclusive com movimentos de massa.

Aspectos Positivos: Beleza Cênica do Relevo ondulado e escarpado. Possibilidade de uso sustentado tanto na agricultura familiar como no turismo.

Aspectos Negativo: Processos Erosivos com maior potenciais devido a declividade. Conservação do solo de maior dificuldade, necessitando de técnicas específicas para sua conservação.

Espeleologia

Do ponto de vista espeleológico, a região investigada está no extremo nordeste da Faixa Carbonática do Bloco Lajeado (segundo Karmann, 1994), a qual representa o alinhamento geral NE-SW de rochas carbonáticas situadas na parte central da Faixa Dobrada Apiaí. Essa faixa de terrenos cársticos caracteriza-se pela superfície carbonática rebaixada em relação às rochas não carbonáticas, condicionando importante injeção alogênica no sistema cárstico. Essa faixa apresenta

setores com paisagem cárstica bem desenvolvida, com variadas formas de *carste* poligonal e trechos fluviocársticos, além de um expressivo entalhamento vertical associado às drenagens subterrâneas e sistemas de cavernas, como foi definido na região central da faixa, junto à bacia do rio Betari (Karmann, 1994; Karmann e Sánchez, 1986). A maior parte dessa faixa é drenada por tributários do médio curso do rio Ribeira. O setor nordeste dessa faixa carbonática, objeto deste estudo, representa o trecho localizado na área de cabeceiras da bacia do rio Paranapanema, caracterizando-se pela carstificação incipiente, onde a superfície carbonática é dominada por sistemas fluviais em detrimento aos cársticos.

Uma série de cavernas é conhecida neste setor, as quais, de modo geral, apresentam dimensões reduzidas, com desenvolvimento máximo de cerca de 300 m.

Aspectos Positivos: Uso turístico e local do potencial espeleológico.

Aspectos Negativos: Sistemas sensível as pressões antrópicas, necessitando gestão integrada e estabelecimento da capacidade de carga/suporte.

Hidrogeologia

Na bacia do rio das Almas, no trecho de interesse, os sedimentos do Grupo Tubarão assentam-se sobre as rochas do aquífero Cristalino, mascarando suas feições estruturais e impedindo a localização de zonas aquíferas no mesmo (DAEE, 1982).

As águas subterrâneas do aquífero Cristalino da região, em geral, são bicarbonatadas cálcicas ou bicarbonatadas sódicas. As rochas desse aquífero normalmente apresentam, em seu topo, uma camada de alteração ou manto de intemperismo, de grande influência na recarga do aquífero e no escoamento básico da rede de drenagem superficial.

Aspectos Positivos: Uso das águas subterrâneas ressaltando suas qualidades, tanto para o turismo como localmente.

Aspectos Negativos: A contaminação das águas subterrâneas de origem calcária se torna fácil, devendo seu manejo e monitoramento serem constantes.

Clima

O estudo do clima se justifica pela importância que os elementos climáticos, tais como temperatura, umidade, chuva, vento, nebulosidade e outros, possuem, pois exercem influência sobre os meios físico, biótico e antrópico. no meio ambiente, o clima predominante em Ribeirão Grande é o Cfb (pela classificação de Köppen-

Geiger), Sendo um clima oceânico (C), temperado úmido sem estação seca (f) e com verão temperado (b).

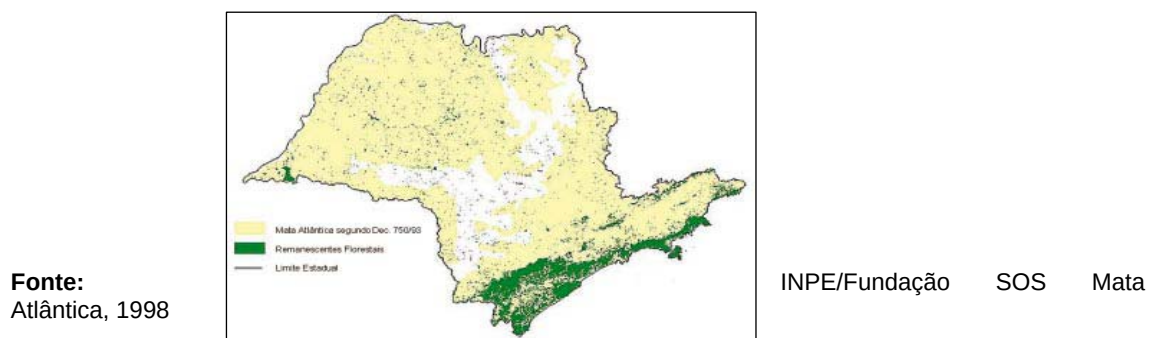
Caracterização do Meio Biótico

Neste item de caracterização do meio biótico, são tratados os aspectos vegetação, fauna associada e os ambientes aquáticos, abordando-se, nestes, os aspectos limnológicos, de qualidade da água e a ictiofauna presente.

a) Remanescentes florestais na região

A Mata Atlântica e seus ecossistemas associados cobriam originalmente uma área de 1.290.692,46 km², que correspondia a cerca de 15% do território brasileiro, espalhados por 17 Estados (RS, SC, PR, SP, GO, MS, RJ, MG, ES, BA, AL, SE, PB, PE, RN, CE e PI). O processo de ocupação do Brasil levou esse bioma a uma drástica redução de sua cobertura vegetal original, hoje distribuída esparsamente ao longo da costa brasileira e no interior das regiões sul e sudeste, além de importantes fragmentos no sul dos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul e no interior dos Estados do Nordeste. No Estado de São Paulo, a ocorrência espacial desses remanescentes pode ser observada no mapeamento realizado pelo INPE/Fundação SOS Mata Atlântica (1998), apresentado na **Figura 1**. Os **Quadros 1** e **2**, a seguir, também ilustram essa situação.

FIGURA 1 - Evolução da Mata Atlântica. Carta-síntese do Estado de São Paulo.



b) Descrição fisionômica e florística das principais formações vegetais

A expressão Mata Atlântica, *lato sensu*, é aplicada à vegetação que, apesar de muito fragmentada, ocorre ao longo de todo o litoral brasileiro, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, com amplas extensões para o interior. É constituída pela Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista e Floresta Estacional

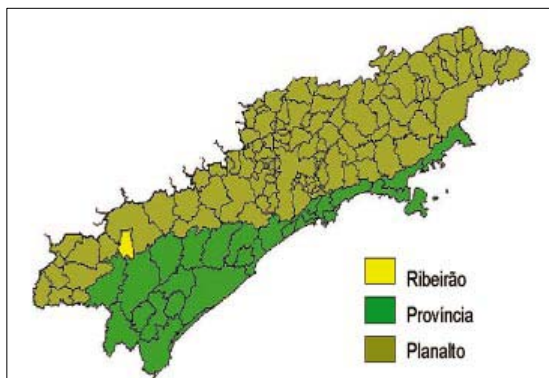
Semidecidual (Veloso & Goés-Filho, 1982) e inclui ainda os ecossistemas associados de manguezais, campos salinos e restingas (Capobianco 1992), definidos por Veloso & Goés-Filho, (1982) como Áreas de Formações Pioneiras. A expressão Mata Atlântica *stricto sensu* refere-se às áreas de Floresta Ombrófila Densa próximas ao Oceano Atlântico (Câmara, 1991).

Particularmente no Estado de São Paulo, a Floresta Ombrófila Densa ocorre em toda a Província Costeira, com penetrações mais para o interior, em direção ao Planalto Atlântico, onde se encontra com a Floresta Estacional. O contato entre as formações dá-se predominantemente na escarpa do Planalto Atlântico e em algumas condições fisiográficas específicas das Serras da Cantareira e Mantiqueira.

O município de Ribeirão Grande localiza-se no Planalto Atlântico do Estado de São Paulo, justamente na divisa com a Província Costeira, próximo à escarpa do Planalto Atlântico (**Figura 2**), onde predomina a Floresta Estacional Semidecidual mas, devido à proximidade com a Serra de Paranapiacaba, podem ser encontradas muitas espécies da Floresta Ombrófila Densa na composição florística da vegetação local.

b.1) Floresta Estacional Semidecidual

Para a região sudeste, o conceito ecológico desse tipo de vegetação, também conhecida como Floresta de Planalto, é condicionado pela dupla estacionalidade climática: um período de calor e intensas chuvas de verão seguido por outro de estiagem acentuada (mais de 60 dias secos) e baixas temperaturas (Veloso & Góes Filho, 1982). A presença desse período seco associa-se à queda de folhas das árvores do dossel (20-50%), caracterizando a fisionomia da floresta (semidecídua). O estrato superior apresenta 15-20 m, geralmente composto por espécies das famílias Leguminosae, Apocynaceae e Anacardiaceae. O estrato intermediário, com altura oscilando entre 4 – 12 m, é rico em *Meliaceae*, *Myrtaceae*, *Rutaceae* e *Euphorbiaceae* (Leitão Filho, 1982). Como espécies características podem ser citadas a peroba-rosa (*Aspidosperma polyneuron*), a aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), o guaritá (*Astronium graveolens*) e os bicos-de-pato (*Machaerium spp*). FIGURA 2 - Planalto Atlântico e Província Costeira do Estado de São Paulo, apresentando, em destaque, o município de Ribeirão Grande



Floresta Ombrófila Densa

O conceito ecológico desse tipo de vegetação, também conhecida como Floresta Pluvial Tropical, está condicionado ao clima tropical de elevada temperatura (média de 25°C) e de alta precipitação bem distribuída durante o ano (0-60 dias secos), o que determina uma situação bioecológica praticamente sem período seco (Veloso & GóesFilho, 1982). A ausência de seca mantém as árvores do dossel praticamente perenifólias durante o ano todo (queda foliar inferior a 20%). O estrato superior apresenta 15-20 m, mas é comum a presença de árvores emergentes com mais de 20 m. Geralmente é composto por espécies das famílias Leguminosae, Sapotaceae, Elaeocarpaceae, Myrtaceae e Lauraceae. O estrato intermediário, com altura oscilando entre 6 – 12 m, apresenta claro predomínio de Myrtaceae e Lauraceae (Leitão Filho, 1982). Como espécies características podem ser citadas o ouriçeiro (*Sloanea guianensis*), a canela-noz-moscada (*Cryptocarya moschata*), o passuaré (*Sclerolobium denudatum*) e a araçarana-goiaba (*Marlierea obscura*).

Fauna

A fauna é um dos componentes bióticos que melhor reflete a integridade do ambiente. É sensível a variações em diferentes escalas nas condições físicas e na vegetação, atuando como um “termômetro” das condições ambientais. Pode alterar sua composição mantendo a mesma riqueza de espécies, alterar o número de espécies mantendo a mesma composição, alterar o seu padrão de distribuição espacial, bem como sofrer flutuações populacionais de diferentes graus de magnitude numa escala temporal.

Conforme apresentado no item anterior, a área de estudo insere-se no domínio do bioma Mata Atlântica, mais especificamente no braço sul da Serra do Mar, também conhecido como Serra de Paranapiacaba, hoje talvez um dos maiores remanescentes de mata contínua do Sudeste do Brasil (Pisciotta, 2002). A fauna de vertebrados da Mata Atlântica é uma das mais diversas do mundo, apresentando endemismos em vários grupos e espécies reconhecidamente ameaçadas de extinção (Terborgh, 1992; Mittermeier *et al.*, 1999).

Ambiente Aquático

Limnologia e Qualidade da Água

A atual baixa disponibilidade de água para os grandes centros urbanos ampliou os segmentos que se preocupam com o seu uso racional e com a preservação e recuperação de toda e qualquer fonte deste recurso indispensável para a sobrevivência humana.

As características biológicas e químicas dos rios e riachos geralmente resultam das formas de uso e ocupação de solo das áreas de entorno. Assim, as crescentes alterações antrópicas têm modificado as comunidades biológicas, através principalmente de processos erosivos e de carreamento dos sedimentos.

Segundo Tommasi (1994), sob o aspecto ecológico, várias abordagens são consideradas, como: a redução da diversidade, perda da estabilidade do ecossistema, excedência de limites de tolerância e redução da capacidade assimilativa. São importantes principalmente os aspectos da perda da variabilidade genética, redução de diversidade, perda de usos futuros pelo homem, redução de produção primária que, em consequência, alteram todos os indivíduos da cadeia trófica.

Ictiofauna

A fauna de peixes de água doce do continente sul-americano é considerada como a mais rica em espécies do planeta. As áreas remanescentes de mata, localizadas em regiões mais altas (*i.e.* divisores d'água), abrigam ambientes naturais de cabeceira (*e.g.* riachos), onde são encontrados peixes de pequeno porte e de distribuição geográfica restrita (Böhlke et alii, 1978; Caramaschi, 1986; Langeani-Neto, 1989; Rosa & Menezes, 1996; Lowe-McConnel, 1999; Oyakawa, 2000; Castro, 2000 e Casatti, et alii, 2001). Os peixes ocorrentes nas cabeceiras do alto Paraná são ainda pouco conhecidos. Algumas dessas espécies estão sendo descritas pelos especialistas, o que dificulta a identificação e a verificação de suas distribuições espaço-temporais. Aproximadamente 70% das sub-bacias do alto Paraná, localizadas no Estado de São Paulo, não estão devidamente estudadas, entre estas, a sub-bacia do alto Paranapanema, considerada por Castro (2000) uma das seis sub-bacias pobremente amostradas no sistema Alto Paraná.

Em riachos que cruzam áreas de floresta, a relação mata–rio é complexa e necessária para a manutenção da diversidade dos organismos aquáticos. Nesses ambientes, as matas possuem as seguintes funções ecológicas: proteção estrutural; estabilidade do sistema (fluxo de água, abrigos e sombra) e fornecimento de alimentos de origem vegetal e animal que caem na água. A influência da vegetação é maior nos trechos superiores, próximos às cabeceiras, onde os rios são pequenos. A vegetação marginal também evita a erosão do solo adjacente, impedindo o assoreamento do leito do rio. Em áreas desmatadas, o assoreamento dos rios e riachos provoca a perda dos habitats aquáticos, pois estes se tornam cada vez mais rasos, estreitos e canalizados. As espécies de peixes não encontram mais as condições necessárias de vida, migrando para outros ambientes ou morrem, prejudicando a diversidade do sistema aquático (Barrella *et alii*, 2000).

Os habitats aquáticos naturais, com troncos e galhos, oferecem melhores condições de abrigo e alimentação para os peixes. Conseqüentemente, estes locais apresentam ictiofaunas diversificadas e servem não apenas como refúgios, mas também como dispersores de espécies para outros ambientes (Amaral, 1993).

A vegetação viva, os troncos caídos e as pedras acumuladas no leito dos rios oferecem proteção contra predadores (aves, mamíferos e outros peixes) e dificultam a utilização de aparelhos de pesca, protegendo a ictiofauna da predação e sobrepesca local (Uieda, 1995 e Barrella et alii, 2000).

O município é caracterizado por atividades econômicas agrícolas e não agrícolas, os Bairros desenvolvem atividades no sistema de agricultura familiar, sendo um dos bairros de maior produção do Município o Bairro dos Taquarianos. Os pequenos agricultores plantam milho, feijão pepino, cebola, tomate, repolho, maxixe, abobrinha, beterraba e alguns têm horta e pomar caseiros. A tecnologia aplicada é baixa, onde muitos plantam sem calagem, utilizando muitas vezes somente o adubo, com baixo stand, produtividade e as lucratividades são baixas. Os Bairros vem apresentando uma perda de identidade e de valores nos últimos anos.

Os Bairros estão divididos por famílias e algumas moradias estão dispostas ao longo do córrego, onde parte do esgoto é lançada nele.

Um ponto forte é a organização das famílias ligadas a Igreja católica, onde exercem funções voluntárias como festeiros dos padroeiros de cada Bairro e presença de coral de jovens.

A Infra-estrutura oferecida através do Departamento Agropecuário - Casa da Agricultura, que presta serviços de preparo inicial de solo com patrulha agrícola, transporte de mercadorias, assistência técnica e extensão rural, apóiam o produtor na produção e comercialização.

O Departamento Municipal de Agropecuária proporcionará um atrativo maior por parte dos agricultores para busca de informações e ou serviços prestados, que são ofertados, mas não conhecidos por uma parte deles.

1.2 Dados Geográficos:

Mapa do estado com localização do município

Latitude: 24°05'57" sul
Longitude: 48°21'55" oeste
Altitude: 690 m
UTM- 7.308 e 7.338 N; e 758 e 777 E

Área total do município: 33.336 hectares (IBGE 2007).

Área rural: 32.861 hectares (ITESP mapa e Departamento de Obras do município
Ribeirão Grande)

Área urbana: 475 hectares (ITESP mapa e Departamento de Obras do município Ribeirão Grande)

População:

População total	População urbana	População rural	Densidade demográfica
6.928	1.886	5.042	20,78 hab./km ²

(IBGE 2007)

Clima: Tipo climático: CFA mesotérmico úmido sem estação marcadamente seca

Relevo: O estudo detalhado do meio físico, mostrou que esse município caracteriza-se por relevo com predomínio de Morros, com

destaque para as formas dos Morros com Serras Restritas, Mar de Morros e Morros Paralelos, as quais apresentam declives acima de 15% e 90% das terras do município são Argissolos e Cambissolos.

Para as atividades de agricultura e pecuária, é importante o cuidado com a conservação do solo, minimizando efeitos indesejados com a erosão e a perda de fertilidade, sendo necessário atentar para as práticas mecânicas de conservação de solo, ma vez que os Argissolos e Cambissolos ocorrem geralmente nas bordas dos rios e córregos. Fonte IPT.

Tipos de solos: Argissolos e Cambissolos

Pluviometria:

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	out	nov	dez
Precipitação (mm)	179,4	273,5	157,8	2,7	14,5	22,0	35,4	94,8	134,3	72,7	154,0	207,0

Temperatura:

Máxima	Mínima	Média
25,48	14,29	19,9

Hidrografia:

O município é banhado pelo Rio das Conchas e Rio das Almas. São os dois maiores rios em extensão e volume de água.

Cursos d'água que drenam o município são:

- 01- Córrego dos Ferreiras
- 02- Córrego dos Machados
- 03- Córrego Meia Quarta
- 04- Córrego da Tapera
- 05- Córrego da Capuava
- 06- Córrego do Barreiro ou do Passarinho
- 07- Córrego dos Nunes
- 08- Córrego do Mato Dentro
- 09- Córrego do Morro Cavado
- 10- Córrego dos Queiros

- 11- Rio das Conchas
- 12- Córrego da Urucuva
- 13- Córrego dos Cruz
- 14- Córrego da Capoeira Alta
- 15- Rio das Almas
- 16- Córrego da Lagoa ou da Canoa
- 17- Córrego do Barreiro
- 18- Córrego São Pedro
- 19- Córrego da Capoeirinha
- 20- Ribeirão Grande
- 21- Córrego dos Maciéis
- 22- Córrego do Anacleto
- 23- Córrego do Chapéu
- 24- Córrego do Cherol
- 25- Córrego das Bateias ou Caetano
- 26- Córrego dos Brizola
- 27- Córrego da Onça
- 28- Córrego dos Marques
- 29- Córrego das Mulheres
- 30- Ribeirão das Bateias
- 31- Ribeirão das Pedras
- 32- Córrego Jabaquara
- 33- Ribeirão Carioca
- 34- Córrego do Tanquinho
- 35- Córrego do Angu

A Bacia do Rio das Almas compreende todo o território do município de Ribeirão Grande, sendo afluente indireto do Rio Paraná, o qual deságua na Bacia do Prata, e direto do Paranapanema e sub-bacias, duas delas parciais: Ribeirão Grande e Rio das Conchas. As condições atuais das bacias hidrográficas, entretanto, são determinadas não somente por seus condicionantes físico-químicos e bioquímicos, mas, também por condicionantes socioeconômicos; pelo uso dado às terras da área da bacia. A gestão da bacia é, portanto, essencial fator para a garantia da qualidade da produção rural e do abastecimento urbano no município, permitindo conservar as condições ambientais e melhorar a qualidade da água no sistema. Fonte IPT.

A maioria dos cursos d'água que drenam as propriedades possuem baixa vazão e cultivos de olericultura em campo, como o tomate, cebola, pepino pimentão e vagem, os principais que utilizam a água para irrigação por aspersão e canhão como também a irrigação em nível e culturas como o milho e feijão que não demandam irrigação. Pode-se encontrar vários trechos com problemas erosivos de assoreamento dos cursos d'água, o que se deve muito a forma de exploração agropecuária que é adotado até os dias atuais. Muitas propriedades não possuem mata ciliar, pois antigamente era comum a limpeza total da área. Atualmente muitos produtores já conscientes estão adotando práticas de recuperação da mata ciliar.

Bacia hidrográfica (UGRHI): 14 - Bacia do Alto Paranapanema

Malha viária municipal

- Rodovia João Santos – Estadual: rodovia que liga Ribeirão Grande ao município de Capão Bonito e que dá acesso ao Bairro Sumidouro, onde localiza-se a Companhia de Cimento Ribeirão Grande foi recentemente recapeada, apresentando boa trafegabilidade, saídas de águas projetadas em vários pontos ao longo da rodovia, trata-se de uma rodovia com várias curvas ao longo do trecho que liga as duas cidades – rodovia com cerca de 45 km de trecho.
- Rodovia vicinal Pavimentada – Municipal: rodovia que liga Ribeirão Grande

ao Bairro Ferreira dos Matos que liga ao município de Capão Bonito e ao município de Guapiara, foi recentemente recapeada, apresentando boa trafegabilidade, saídas de águas projetadas em vários pontos ao longo da rodovia, trata-se de uma rodovia com várias curvas ao longo do trecho que liga as duas cidades – rodovia com cerca de 8 quilômetros de trecho.

- Rodovia SP 250 – estadual: rodovia que liga o município de Pilar do Sul, passando por São Miguel Arcanjo até Capão Bonito; trecho no sentido Pilar do Sul, está em processo de operação tapa buracos, um pouco danificado em virtude do excesso de chuvas do mês e passagem de caminhões pesados, está satisfatoriamente transitável; trecho que liga a Pilar do sul possui cerca de 35 km de extensão e o que liga a Capão Bonito cerca de 16 km pavimentado e o restante é estrada de terra.
- Rodovia SP 139 - estadual: rodovia que liga São Miguel Arcanjo ao município de Sete Barras, passando por dentro do Parque Estadual Carlos Botelho, a partir do qual foi feito um processo de conservação de estrada sem o asfalto, possui um trecho de cerca de 25 km pavimentada, com curvas sinuosas em vários pontos, o trecho que fica dentro do parque não é pavimentada.
- Rodovia José França - estadual: rodovia que liga São Miguel Arcanjo a rodovia duplicada SP 127 via bairro Gramadinho, encontra-se com trechos bastante danificados, possui uma extensão de cerca de 21 quilômetros.
- Possui cerca de 2.000 quilômetros de estradas municipais sem pavimentação, com tráfego bastante prejudicado em períodos chuvosos, devido o alto custo para que ocorra uma adequação efetiva dos trechos mais críticos. A Prefeitura dispõe de uma equipe exclusiva para atendimento desse setor, junto a Secretaria de Obras. As estradas municipais recebem a identificação SMA seguida de numeração que é definida pela angulação em relação ao norte magnético e é dividida em estradas radiais e transversais. Existem cerca de 40 km de estrada pavimentadas, sendo que apenas $\frac{1}{4}$ dessa estrada recebeu um recapeamento novo recentemente; os demais trechos estão em estado precário de conservação. Nos trechos não pavimentados, na maior parte é de estradas “encaixadas” o que causa descarga de águas pluviais das propriedades contíguas, fazendo com que parte do solo se acumule na plataforma de rolamento da estrada causando atolamento de veículos nos períodos chuvosos. A maior parte das propriedades lindeiras não adota práticas conservacionistas e os que adotaram nem sempre fazem à manutenção das práticas adotadas. Em alguns trechos são adotadas caixas de retenção, o que minimiza os efeitos da descarga pluvial, mas muitos produtores não aceitam que se façam as caixas nas suas propriedades.

Mapas (anexos)

1.3 Dados Sócio culturais

População rural: 5.042 habitantes

Acesso da População Rural a Serviços Básicos:

Assistência técnica e extensão rural:

O atendimento dos produtores rurais é feito pelo Departamento Agropecuário e Meio Ambiente, concomitantemente pela Casa da Agricultura Municipalizada convênio firmado com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI e das revendas

agropecuárias do município e do município vizinho Capão Bonito. Pode-se destacar dentre os atendimentos realizados orientações sobre as boas práticas agrícolas, crédito rural, controle de pragas e doenças, calagem, adubação e nutrição vegetal e animal, patrulha agrícola entre outras.

Crédito rural e micro crédito:

O município dispõe de linhas de crédito rural dos Governos Estadual e Federal; FEAP, PRONAF e Banco do povo e empréstimo para aposentados.

Educação:

Acesso ao ensino infantil, fundamental, médio, profissionalizante, alfabetização de adultos e o ensino superior os jovens se deslocam a cidades vizinhas como Itapetininga e Itapeva, a municipalidade disponibiliza transporte para os jovens denominado Universitários em ação, parceria com os jovens, onde os mesmos colaboram com trabalhos de apoio a projetos sociais.

Saúde:

O município de Ribeirão Grande possui uma Unidade Básica de Saúde e o Programa Saúde da Família com três equipes: Milênio, Desafio e Inovação, onde os munícipes têm atendimento periódico e acompanhamento setorizado e estão envolvidos em campanhas de incentivo a amamentação, controle de hipertensão e diabetes, Saúde Bucal e o Viva Leite.

Segurança:

O município dispõe de serviço estadual com o patrulhamento da Polícia Militar e Civil, como também os serviços de segurança municipal por meio de vigias nos prédios públicos municipais.

Transporte:

O município dispõe de linha de ônibus intermunicipal por meio da empresa particular; Viação Amarelinha de Capão Bonito e Viação ITAOCA que presta serviços de transporte a Companhia de Cimento Ribeirão Grande – CCRG, como também ponto de táxi de veículos de passeio na área urbana e rural, táxi coletivo como peruas e Vans com disponibilidade diária, que se deslocam da zona rural para o centro do município de Ribeirão Grande e cidade vizinha Capão Bonito. A Prefeitura Municipal disponibiliza um ônibus para deslocamento de munícipes funcionários público em Capão Bonito a cidade vizinha semanalmente.

Saneamento:

O município é provido de estação de tratamento de esgoto, sob concessão da Sabesp, sendo 74% do esgoto é coletado com 100% tratado, apresentando uma eficiência de 33 % , com ICTEM 4,2 e o corpo receptor é o córrego Ribeirão Grande.

O saneamento básico será ampliado em 2010 com a construção de estação elevatória, onde o município terá disponível 100% do esgoto da área urbana tratado. E quanto à zona rural o município tem implantado as fossas sépticas biodigestoras – Modelo Embrapa nos Bairros da MBH Mato Dentro e Taquarianos e tem fomentado o uso desse modelo para os demais Bairros, pois em sua maioria estão próximos a cursos d' água.

Abastecimento de água:

O abastecimento de água provém, toda ela de Capão Bonito pela concessionária SABESP e o município é recoberto em 70% de água tratada.

Energia elétrica:

A concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica é a Elektro e o município tem aproximadamente 99% disponibilidade de energia elétrica.

Meios de Comunicação:

O município é provido de rádio comunitária, jornais de Capão Bonito que circulam com informações de nossa cidade, torres de telefonia celular das concessionárias VIVO e CLARO, Sistema de internet via rádio e acesso a televisão com transmissão dos mais variados canais.

Os encontros religiosos são usados para circular as informações, com também a Casa da Agricultura Municipalizada é um ponto aonde os munícipes vem se informar, pois o nosso município possui a maioria na zona rural.

Cultura:

O município mantém algumas tradições como o fandango (dança de tamanco), confecção de panela de barro, artesanato com bambu (cestarias) e taboa, dança da palminha, Biblioteca e os santos festeiros dos Bairros, onde os mesmo promovem anualmente as festas religiosas.

No Bairro dos Cruzes em Ribeirão Grande está localizada a Casa Grande e os encanados considerados patrimônio histórico.

Anualmente é realizado a Festa do milho, tradicional e de grande aceitação com comes e bebes.

Lazer:

O município recentemente inaugurou um centro poli esportivo com local para caminhadas, pista bicicleta, quadras de vôlei de areia e campo de futebol, quadra, play ground (parquinho), Centro Comunitário do Idoso.

O local é freqüentado pelo município todo, já os Bairros rurais são providos em sua maioria por campo de futebol, quadra de futebol sosyte e aos domingos promovem campeonatos.

Organização Rural:

Ribeirão Grande possui Associações formais e informais, uma característica do município é o núcleo por famílias e se relacionam através da igreja católica com eventos e organizações para servir como os festeiros.

1.4 Caracterização ambiental

Áreas de proteção:

Impactos ambientais: Os produtores utilizam agrotóxico em sistema convencional, lavagem de pulverizador costal e mecanizado para abastecimento de glastanque.

A participação da vegetação nativa e capoeiras ocupando uma extensa área sul (58%) conferem ao município uma posição privilegiada na questão da conservação do meio ambiente. Favorecido pelas condições do relevo e pela presença de uma vegetação que se estende regionalmente por toda a encosta da Serra de Paranapiacaba. Na porção norte, essa vegetação encontra-se agrupada em pequenos maciços e ao longo das drenagens, formando as conhecidas “matas-galeria”, o que pode indicar uma condição de fragilidade perante a ação antrópica.

As espécies arbóreas mais evidentes nas matas são:Aroeira, pau jacaré, palmito, açoita cavalo, maminha de porca, paineira, manacá da serra. Os animais silvestres são quati, tatu, serelepe, veado, coelho, entre outros.

Área de Preservação Permanente -APP (ha) cobertura	APP	% da APP do município
17.431,28	3.070,39 ha	17,6 %

Fonte:Fundação Florestal.

O lixo em sua maioria é recolhido pela Prefeitura Municipal e possuímos a coleta seletiva de lixo e algumas tentativas de produção de composto com os resíduos orgânicos. Uma parte da população da área rural, ainda queima e os restos são depositados em valas e/ou buracos próximo às residências feito à mão e as sucatas

alguns vedem para sucateiros que transitam nos Bairros, e o resto de comida vai para cachorro e galinha.

1.5 Dados agropecuários

Área total das UPAs: 20.173,80 hectares

Número de UPAs: 835

Módulo Rural: 4 módulos rurais (16) hectares

a. Estrutura Fundiária

Estrato (ha)	UPAs		Área total	
	Nº	%	ha	%
0 – 10	57	21,19	313,10	1,88
10 – 20	48	17,84	665,60	3,98
20 – 50	83	30,86	2.543,30	15,20
50 – 100	45	16,73	3.138,30	18,75
100 – 200	21	7,81	2.957,60	17,67
200 – 500	11	4,09	3.230,90	19,30
500 – 1000	3	1,12	1.819,10	10,87
1000 – 2000	-	-	-	-
2000 - 5000	1	0,37	2.068,70	12,36
> 5000	-	-	-	-

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

b. Ocupação do Solo

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Cultura Perene	121	87,50	0,43
Reflorestamento	83	680,90	3,38
Vegetação Natural	269	6.561,40	32,52
Área Complementar	709	1.295,90	6,42
Cultura Temporária	676	3.862,00	19,14
Pastagens	421	6.190,50	30,69
Área em descanso	135	1.492,50	7,40
Vegetação de brejo e várzea	006	3,10	0,02

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

c. Principais atividades agropecuárias

Principais Explorações Agrícolas	Área (ha)	Nº UPAs
Braquiária	5.898,0	403

Milho	1.934,1	497
Feijão	1.517,0	426
Eucalipto e pinus	630,03	85
Tomate envarado	230,8	84
Outras gramíneas para pastagem	208,30	24
Cana-de-açúcar	102,0	58
Capim-napier (ou capim-elefante)	79,5	22
Cebola	63,8	40
Palmito	60,0	03
Pimentão	51,8	52
Outras florestais	26,6	01
Arroz	25,2	15
Araucária (ou Pinheiro-do-Paraná)	24,0	01
Maracujá	23,1	03
Pomar doméstico	21,6	88
Aveia	20,2	02
Pepino	18,2	37
Pêssego	16,9	11
Caqui	11,4	07
Horta doméstica	10,5	50
Abóbora (ou jerimum)	10,2	21
Outras culturas temporárias	10,0	01
Repolho	9,3	15
Laranja	8,6	08
Feijão-vagem feijão-verde)	7,5	11
Banana	6,4	05
Uva rústica	6,2	04

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008) Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA,

Principais Explorações Pecuárias	Nº	Unidade	Nº UPAs
Bovinocultura de corte	952	cabeças	19
Bovinocultura de leite	345	cabeças	34
Bovinocultura misto	5228	cabeças	249
Bubalinocultura	21	cabeças	001
Apicultura	24	colméias	002
Avicultura de corte	5.144	Cab./ano	108
Avicultura ornamental/decorativa	430	cabeças	27
Suinocultura	1891	cabeças	154
Caprinocultura	360	cabeças	33
Muares e asininos	26	cabeças	17
Eqüinocultura	971	cabeças	326
Minhocultura	10	canteiros	10
Ovinocultura	197	cabeças	11

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Principais Atividades Econômicas Não Agrícolas	Nº	Unidade	Nº Famílias envolvidas
Hotel Fazenda Paraíso	01	unidade	10
Hotel, Pousadas e restaurante Intervales.	01	unidade	15

Fonte: DECET Departamento de Educação, cultura, Esporte e Turismo de Ribeirão Grande SP

d. Participação da Agropecuária na Economia Municipal

Principais Setores de Atividade Econômica – 2005.

Agropecuária: 18,72%

Indústria: 33,99%

Serviços (Serviços, comércio e Administração Pública): 25,87%

Administração pública 21,42%

e. Valor Bruto da Produção Anual da Agropecuária

Participação da Agropecuária na Economia Municipal

Valor Adicionado Total, por Setores de Atividade Econômica, Produto Interno Bruto Total e per capita a Preços Correntes- 2006

Valor Adicionado					PIB (3) (em milhões de reais)	PIB <i>per Capita</i> (4) (em reais)
Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)		Total (em milhões de reais)		
		Administração Pública	Total (2)			
9.22	5.13	12.09	25.42	39.77	41.77	5.037.76

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

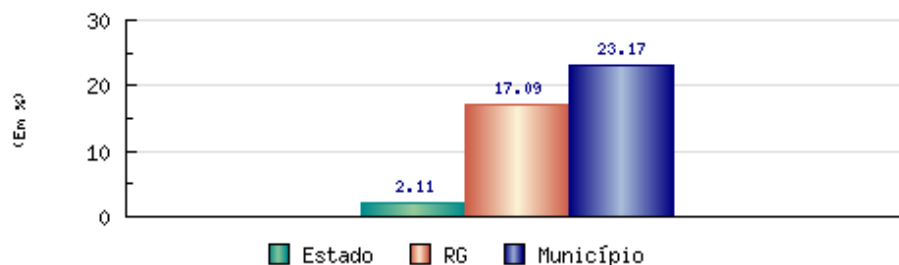
(1) Dados sujeitos a revisão.

(2) Inclui o VA da Administração Pública

(3) O PIB do Município é estimado somando os impostos ao VA total.

(4) O PIB *per Capita* foi calculado utilizando a população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Economia
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado - 2006
Estado de São Paulo, Região de Governo de Itapeva e Município de Ribeirão Grande



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Fundação Seade.

f. Identificação e descrição das principais cadeias produtivas

Produto	Fornecedores de insumos	Prestadores de serviço	Mão-de-obra	Canais de comercialização
Pecuária de leite Hortaliças Cereais (milho e feijão) Fruticultura clima temperado Pecuária de corte Turismo Reflorestamento Piscicultura Suinocultura Ovinocultura Caprinocultura Avicultura de corte Avicultura para ovos Palmeira real	Cooperativa Agrícola de Capão Bonito Casa Veterinária FF Ivancel – Capão Bonito Chão Nascente – Capão Bonito Agromaia – Capão Bonito	Departamento Agropecuário com patrulha agrícola e Departamento de obras. Produtores rurais serviços de trator e implementos	Meeiros Parceiros Empreiteiros Produtores rurais Arrendatários Mão de obra familiar	Laticínio Vale Verde em Capão Bonito Venda direta ao consumidor, nos Bairros rurais. Programa de Aquisição de Alimentos com doação simultânea – Conab, merenda escolar Feirantes

g. Infraestrutura da Produção nas Propriedades

Máquinas e Equipamentos	Qtde.	Nº UPAs
Arado comum (Bacia, Aiveca)	20,0	15
Arado escarificador	13,0	11
Arado subsolador	3,0	3
Batedeira de cereais	12,0	10
Colhedeira acoplada	1,0	1
Conjunto de irrigação autopropelido	1,0	1
Conjunto de irrigação convencional	49,0	36
Conjunto de irrigação gotejamento/microaspersão	3,0	2
Desintegrador, picador, triturador	65,0	55
Distribuidor de calcário	1,0	1
Ensiladeira	2,0	2
Grade aradora (tipo romi)	8,0	7

Grade niveladora	14,0	11
Implementos para tração animal	156,0	56
Microtrator	2,0	2
Pulverizador tratorizado	14,0	10
Semeadeira/adubadeira para plantio convencional	1,0	1
Semeadeira/plantadeira para plantio direto	16,0	9
Terraceador	1,0	1
Trator de esteira	1,0	1
Trator de pneus	72,0	46
Açude ou represa	181,0	99
Almoxarifado/oficina	1,0	1
Armazém para grãos ensacados sacas	50,0	1
Balança para bovinos	3,0	3
Barracão para bicho da seda/sirgaria	5,0	3
Barracão para granja/avicultura	24,0	21
Barracão/galpão/garagem	306,0	237
Biodigestor	2,0	2
Curral/mangueira	99,0	91
Depósito/tulha	39,0	33
Engenho	3,0	2
Estábulo	1,0	1
Estufa/plasticultura m2	1.121,0	8
Instalações para eqüinos	2,0	2

Fonte: LUPA – SAA/CATI (2008) Fonte: Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

Benfeitorias de Produção	Qtde.	Nº UPAs
Pocilga	17	14
Poço semi-artesiano	3	4
Terreiro	1.356 m2	5

Fonte: LUPA – SAA/CATI (2008) Secretaria de Agricultura e Abastecimento, CATI/IEA, Projeto LUPA

h. Infraestrutura e Serviços Públicos de Apoio à Produção / Processamento / Comercialização

(Armazéns:) 01 armazém comunitário na cidade vizinha em Capão Bonito e alguns produtores possuem barracões pequenos localizados em suas propriedades de dupla aptidão, como garagem e armazem máquinas e insumos e seleciona a produção.

O Departamento possui um Barracão de 80 m² para acondicionar máquinas e equipamentos.

Patrulha agrícola: O Departamento dispõe de: 02 Batedeira de cereais, 02 Tratores 01 Arado e 01 grade niveladora, 01 Carreta 02 toneladas, 01 Calcadeira, 01 pulverizador mecanizado Glastanque 400 litros, 01 Caminhão 4.000 kg carroceria de madeira, 01 Veículo Utilitário, 01 Caminhão compactador, 01 Gradão, 03 Conjunto de irrigação completo e Retroescavadeira.

Entrepósitos: Não há

Viveiros: Estufa produção de mudas 50m²

Cozinha industrial: Não há, o que possuímos é a construção de uma agroindústria, sem os equipamentos necessários ao seu funcionamento.

Feira do produtor: Aos sábados no centro da cidade.

Energia elétrica: Disponibilidade pela concessionária Elektro.

Abastecimento de água: Água tratada pela concessionária Sabesp.

Serviço de inspeção municipal: em implantação.

2. Diagnóstico do Município (análise participativa com a comunidade)

O Departamento Agropecuário através da Casa da Agricultura Municipalizada de Ribeirão Grande, acompanhada dos monitores e assistentes do EDR de Itapetininga e a presença do Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural acompanharam as avaliações dos Bairros Mato Dentro e Taquarianos envolvidos no PEMBH e na oportunidade levantamos as características por meio de Diagnóstico rápido participativo que compõe a Avaliação Objetiva dos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades das Cadeias Produtivas em Ribeirão Grande.

Em complemento ao diagnóstico e com intuito de envolver o município, isto é, proporcionamos a oportunidade de ampliar a participação dos envolvidos de boa parte dos Bairros; realizamos a apresentação do diagnóstico junto à reunião do Conselho e os membros presentes compartilharam e apreciaram o rumo do desenvolvimento do município.

2.1 Análise das cadeias produtivas

Cadeia Produtiva 1:

a. Aspectos econômicos, infraestrutura, sociais e ambientais

Cadeia Produtiva	Pontos Positivos		Pontos Negativos	
	Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
Leite	Venda garantida Receita quinzenal para o agricultor Adição de esterco como matéria orgânica e venda de esterco Clima e conforto ambiental Logística de recolhimento do leite Busca constante na qualidade do leite Apoio do Departamento Agropecuário Programas de qualidade e produtividade do CATI leite Controle vacinação, sanidade do rebanho rentabilidade	Fortalecimento das Associações e estímulo à formação de novas organizações Implantação de tanques resfriadores comunitários. Implantação de botijões de sêmem comunitários. Programa de inseminação artificial, vacinação de brucelose e tuberculose, atendimento veterinário, agrônomo e técnico agropecuário; Implantação de fábrica de ração animal no município Programa de capacitação dos pecuaristas quanto à gestão da propriedade, manejo, sanidade, reprodução e melhoramento genético, alimentação do rebanho, manejo de pastagem, controle de qualidade, sustentabilidade e meio ambiente, qualificação de mão de obra. Programa de incentivo aquisição de mini-ordenhadeiras mecânicas (modelo balde ao pé), pequenos resfriadores, cerca elétrica, sêmem, trituradores de forragem, cochos e bebedouros, roçadeiras, calcário, adubação, reforma de pastagem Aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público. Programa de aquisição de animais de boa genética e melhoradores do rebanho atual. Fomento a Agroindústria familiar de produtos artesanais e coloniais e incentivo ao turismo rural para agregar valor ao leite. Fomento a criação de Cooperativas de trabalhadores na agropecuária, visando a	Insuficiente manutenção e conservação das estradas rurais Insuficiente assistência técnica Baixa adoção de tecnologias e estratégias de alimentação do gado no período de inverno Falta de tanques resfriadores comunitários nos bairros envolvidos com leite. Falta de botijões comunitários Falta de um programa comunitário de inseminação artificial Insuficiente o atendimento do veterinário nas propriedades rurais Preço baixo do leite pago ao produtor Patrulha agrícola insuficiente Ausência de uma fábrica de ração comunitária Falta de mão de obra qualificada Falta de cursos de capacitação, palestras, eventos para a pecuária. Falta de melhoramento genético do rebanho Falta de manutenção de cercas comuns nas propriedades Falta de cerca vivas Pouca participação em organizações Associação ou Cooperativa	Aumento do custo de produção Baixa rentabilidade da atividade pecuária, frente a outras atividades agrícolas Pastagens degradadas, falta de conservação do solo e da água, matas ciliares Êxodo rural, descontinuidade da atividade pelas gerações futuras. Nível insuficiente de sustentabilidade da atividade pecuária do ponto de vista social, econômico e ambiental a longo prazo Fiscalização insuficiente Diminuição do consumo de proteínas e capacitação do homem do campo Poucas opções de comercialização Falta adequação à rastreabilidade; segurança alimentar; sanidade animal

		melhoria de oferta e qualificação da mão de obra. Fomentar a coleta seletiva de materiais recicláveis na zona rural e confecção de composto orgânico. Programas governamentais como PAA, compra direta, merenda escolar.		
Hortaliças a campo	Clima favorável que permite diversidade de produção Disponibilidade de insumos na região (calcário, adubos e defensivos) Disponibilidade de água de qualidade para irrigação. Facilidade de escoamento da produção a feirantes e atravessadores. Assistência técnica disponível Disponibilidade de sementes de qualidade. Solo fértil que permite obtenção de alta produtividade. Produtores em sistema de agricultura familiar. Disponibilidade de crédito rural. Fornecedores de insumos oferecem prazos para pagamento Acesso a novas tecnologias Disponibilidade de variedade de produtos agrícolas. Atividade que gera emprego	Criação de associações ou cooperativas Organização e centralização da comercialização dos produtos agropecuários Programas governamentais como o PAA, compra direta, Merenda escolar. Padronização dos produtos agropecuários Busca de pontos de comercialização nos centros consumidores Equipar a agroindústria com equipamentos para processar os alimentos minimamente processados Agendamento de Máquinas e equipamentos de uso comunitário atendendo com eficiência. Promover um marketing dos produtos agropecuários da região. Incentivo ao turismo rural. Estimular e fomentar a produção sem uso de defensivos agrícolas e adubação química. Fomentar as práticas de conservação do solo e da água. Estimular a elaboração de incentivos ao produtor de água. Estimular as ações de preservação do meio ambiente e adquirir selos agregando valor ao produtor e município. Estimular a produção no período da entressafra em ambiente protegido. Obtenção de produtos com padrão e qualidade. Facilitar o planejamento e escalonamento da produção.	Estradas com má conservação causando problemas no escoamento da produção em períodos chuvosos. Clima favorece manifestação de pragas e doenças. Relevo com declividade acentuada que facilitam a erosão. Falta de idoneidade por parte dos compradores. Pouca organização dos produtores Aumento do custo de produção Falta de seguro agrícola específico para produção Falta agregação de valor aos produtos comercializados Falta capacitação dos produtores e da mão de obra local Elevado custos dos fretes Transporte dos produtos agrícolas de maneira inadequada Falta de curso técnico agropecuário no município Falta de emissão de nota fiscal Falta documentação fundiária para aquisição de talão de notas Patrulha agrícola ineficiente Reutilização de embalagens de agrotóxico que contraria a lei Falta de atitudes para as questões ambientais por parte dos produtores Presença de resíduos de agrotóxicos nos produtos Falta de equipamentos na agroindústria para	Aumento do custo de produção Baixa rentabilidade das hortaliças. Áreas degradadas uso intensivo de máquinas e equipamentos Falta de conservação do solo e da água. Ausência de matas ciliares. Êxodo rural, descontinuidade da atividade pelas gerações futuras. Nível insuficiente de sustentabilidade da atividade agrícola do ponto de vista social, econômico e ambiental a longo prazo. Fiscalização insuficiente Diminuição do consumo de verduras frescas e substituição por produtos industrializados. Desinteresse do homem do campo em se aprimorar. Poucas opções de comercialização. Falta adequação à rastreabilidade; segurança alimentar; sanidade vegetal. Uso intensivo de herbicidas diminuindo a vida do solo. Aumento do trabalho da mão de obra com o uso da Matéria orgânica.

			agregar valor Deficiência da mão de obra Grande número de calote Preços baixos para ao produtor pela mercadoria. Baixo nível de matéria orgânica no solo	
Fruticultura de clima temperado	Clima favorável que permite diversidade de produção Disponibilidade de insumos na região (calcário, adubos e defensivos) Disponibilidade de mudas acessíveis. Transporte disponível pelo Departamento Agropecuário. Disponibilidade de água de qualidade para irrigação. Facilidade de escoamento da produção a feirantes e atravessadores. Assistência técnica disponível Disponibilidade de mudas de qualidade e preços acessíveis. Solo fértil que permite obtenção de alta produtividade. Produtores em sistema de agricultura familiar. Disponibilidade de crédito rural. Disponibilidade de variedade de produtos agrícolas. Atividade que gera emprego. Atividade que promove pouco revolvimento de solo. Fomentar a utilização de áreas declivosas para implantação de frutas	Aumentar a oferta de emprego e renda. Diversificar a produção da pequena propriedade. Capacitar as mulheres para aproveitamento das frutas doces compotas, licores. Proporcionar o descobrimento dos sabores das frutas. Melhoramento das condições físicas químicas e biológicas do solo. Introduzir a adubação verde. Criação de associações ou cooperativas Organização e centralização da comercialização dos produtos agropecuários Programas governamentais como o PAA, compra direta, Merenda escolar. Padronização das frutas Busca de pontos de comercialização nos centros consumidores Equipar a agroindústria com equipamentos para confeccionar os doces, compotas, geléias, licores. Promover um marketing dos produtos agropecuários da região. Incentivo ao turismo rural. Estimular e fomentar a produção sem uso de defensivos agrícolas e adubação química. Fomentar as práticas de conservação do solo e da água. Estimular a elaboração de incentivos ao produtor de água. Estimular as ações de preservação do meio ambiente e adquirir selos agregando valor ao produtor e município. Estimular a produção no período da entressafra. Obtenção de produtos com padrão e qualidade. Facilitar o planejamento da produção.	Estradas com má conservação causando problemas no escoamento da produção em períodos chuvosos. Falta de idoneidade por parte dos compradores. Pouca organização dos produtores Falta de seguro agrícola específico para produção Falta agregação de valor aos produtos comercializados Falta capacitação dos produtores e da mão de obra local. Elevado custos dos fretes Transporte dos produtos agrícolas de maneira inadequada Falta de curso técnico agropecuário no município Falta de emissão de nota fiscal Falta documentação fundiária para aquisição de talão de notas Reutilização de embalagens de agrotóxico que contraria a lei Falta de atitudes para as questões ambientais por parte dos produtores Presença de resíduos de agrotóxicos nos produtos Falta de equipamentos na agroindústria para agregar valor Deficiência da mão de obra Grande número de calote Preços baixos pago ao produtor pela mercadoria.	Aumento do custo de produção Baixa rentabilidade das frutas. Falta de conservação do solo e da água. Ausência de matas ciliares. Êxodo rural, descontinuidade da atividade pelas gerações futuras. Nível insuficiente de sustentabilidade da atividade agrícola do ponto de vista social, econômico e ambiental a longo prazo. Fiscalização insuficiente Diminuição do consumo de frutas frescas e substituição por produtos industrializados. Desinteresse do homem do campo em se aprimorar. Poucas opções de comercialização. Falta adequação à rastreabilidade; segurança alimentar; sanidade vegetal. Uso intensivo de herbicidas diminuindo a vida do solo.

Cereais (milho e feijão)	Vocação do município Equipamentos disponíveis no Departamento Baixo custo nos investimentos Semente de milho e feijão a preços compatíveis do Núcleo de Produção de sementes CATI. Mão de obra na zona rural ociosa. Reaproveitamento da produção para as galinhas, porcos e cavalos. Estimular a rotação de culturas. Promover o consórcio entre o milho e feijão aumentando a produtividade. Possibilidade de aumentar a renda da propriedade. Estimular o plantio direto na palha. Aumentar a eficiência no agendamento da patrulha agrícola. Estímulo ao produtor para aumentar a renda. Produtor se sentir valorizado. Apoio da Casa da Agricultura	Atingir um nicho de mercado diferenciado agregando valor. Fomentar a produção da agricultura familiar. Produção de milho para alimentação humana. Aumentar o consumo de feijão auxiliando no combate a obesidade. Buscar mercado do milho na alimentação humana para o milho do agricultor familiar. Agregar valor na produção de milho com sustentabilidade. Entrega da produção para programas governamentais. Produção de milho não transgênico para alimentação humana. Agregar valor ao milho seco na roça, para produção de glitz(milho para indústrias de salgadinhos). Pagamento a vista.	Dificuldade de estimular o produtor a produzir um milho diferenciado. Dificuldade de armazenamento. Dificuldade de secagem. Dificuldade de obter embalagem. Dificuldade de organizar o produtor na compra de sementes e insumos, para baixar os custos de produção. Dificuldade de o produtor adotar tecnologias de plantio. Melhorar o stand do milho e do feijão. Dificuldade de obter a construção de barracão e silo. Falta de monitoramento para controle de pragas. Excesso ou falta de chuvas no plantio ou na colheita.	Preços muito baixos pagos ao produtor. Baixa auto estima, dificuldade de acreditar em si. Baixa qualidade no início. Dificuldade de secar o milho na propriedade. Contenção de gastos do Departamento no apoio ao transporte. Aumento do custo de produção para o produtor.
Gado de corte	Garantia de renda para o produtor. Baixos investimentos. Aproveitamento de áreas declivosas e recuperação de áreas. Controle de vacinação, sanidade do rebanho. Apoio da Casa da Agricultura. Busca na melhoria da genética do rebanho.	Construir de um matadouro municipal. Fortalecer o associativismo. Implantar programa de inseminação artificial, vacinação de brucelose, tuberculose, atendimento veterinário, agrônomo e técnico agropecuário. Incentivar a aquisição de cerca elétrica, sêmem e nitrogênio, cochos, bebedouros, poços semiartesianos, roçadeiras, calcário, adubação. Melhorar as condições físicas, químicas e biológicas do solo. Melhorar a infiltração da água no solo. Aumentar as áreas de	Má conservação das estradas rurais Ausência de matadouro no município. Pouca adoção de tecnologias e estratégias de alimentação do gado no período de inverno. Falta de botijões comunitários de sêmem. Falta de um programa comunitário de inseminação artificial. Insuficiente a patrulha agrícola (máquina e equipamentos). Ausência de fábrica de ração. Falta de mão de obra especializada	Baixa rentabilidade da atividade pecuária, frente a outras atividades agrícolas. Aumento do custo de produção. Pastagens degradadas, falta de conservação do solo, da água e matas ciliares. Nível insuficiente de sustentabilidade da atividade pecuária do ponto de vista social, econômico e ambiental a longo prazo. Fiscalização insuficiente. Diminuição do consumo de proteína animal. Poucas opções de comercialização. Falta de adequação à rastreabilidade,

		preservação permanente. Aumentar a capacidade do solo em absorver a água. Adquirir selo verde revertendo ao produtor incentivos por preservar e conservar os córregos. Fomentar a diversificação da agroindústria familiar, na fabricação de produtos artesanais, coloniais. Implantar o turismo rural. Aumentar a representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.	Falta de melhoramento genético. Falta de manutenção de cercas comuns e cercas vivas nas propriedades. Falta de organização dos pecuaristas em Associações e ou Cooperativas.	segurança alimentar, sanidade animal.
Turismo rural	R. Grande é rota turística Boa malha viária, fácil acesso. Hotel Fazenda Paraíso. Presença de Parque ecológico no município Parque Estadual Intervalles. Presença grande de público no Parque Intervalles finais de semana. Festas religiosas e eventos locais. Oferta de produtos artesanais e coloniais da agricultura familiar. Belezas naturais para visitação(cachoeiras, paisagens, fazendas, parques). Proximidade a grandes centros consumidores. Turismo rural fonte de emprego e renda no município. Ponto de informação turística(Agência municipal de informação ao turismo). Curso técnico em Turismo Rural no Ribeirão Grande.	Criação do guia municipal de turismo. Confecção de materiais de apoio a promoção do turismo. Fortalecer o Comtur e do Departamento Municipal de Turismo. Melhorias das estruturas físicas nos pontos de comércio. Incentivos fiscais, isenção de impostos ao turismo rural. Investimentos e marketing e divulgação do turismo em Ribeirão Grande e região. Fortalecimento de Associações e cooperativas ligadas ao turismo e artesanato. Diversificação de renda para o produtor.	Má conservação das estradas rurais. Falta de incentivos fiscais ao turismo rural a aos produtos artesanais e coloniais. Falta de campanhas para a valorização do turismo, divulgação e marketing. Falta de profissionalizar o atendimento ao turista. Falta de monitores e guias turísticos. Falta de local adequado para o comércio de artesanato e produtos coloniais. Estímulo e informação da população local da importância do turismo como fonte de emprego e renda.	Perda da identidade da população local. Grande procura pelos pontos turísticos e a cidade não comportar. A infra-estrutura existente (água, esgoto, coleta de lixo) serem insuficientes para comportar um grande contingente. Prostituição infantil. Uso de drogas ilícitas. Vandalismo aos prédios públicos.

2.2 Análise geral do município

2.3 Avaliação das dificuldades das principais cadeias produtivas

Cadeia Produtiva	Dificuldades	Causas	Efeitos	Ações propostas
Leite	Má conservação das estradas. Erosão nas estradas e propriedades lindeiras.	Problemas no escoamento da produção e trafegabilidade.	Atraso na entrega do leite, perda de qualidade e diminuição do lucro do produtor e aumento dos gastos com manutenção de veículos.	Elaboração e execução de projetos de conservação de estradas; atrelado à conservação do solo dentro das propriedades.
	Pouca adoção de tecnologias e estratégias de alimentação do gado no inverno.	Falta de informação do produtor, assistência técnica insuficiente e aumento do custo de produção.	Redução da produção na entressafra, baixo desempenho animal.	Implantar políticas públicas valorizando atividade agropecuária. Cursos, palestras, assistência técnica, fábrica de ração comunitária, aproveitamento de resíduos da agroindústria.
	Falta de tanques resfriadores comunitários nos Bairros rurais.	Recursos financeiros escassos.	A recusa do laticínio em recolher o leite. Redução da capacidade de armazenamento local. Compromete a qualidade do leite, reduz o lucro do produtor.	Instalação de tanques resfriadores comunitários nos Bairros rurais preservando a qualidade e o recebimento pelo laticínio.

	Falta de botijão e inseminação artificial.	Falta de recursos financeiros. Receita subjetiva.	Comprometimento no melhoramento genético do rebanho e reduz o potencial produtivo.	Firmar parcerias com empresas para patrocinar o investimento.
	Dificuldade do produtor com contabilidade. Preço baixo do leite in natura pago ao produtor	Preço do leite é regulado pela lei do mercado da oferta e procura.	Dificuldade em investir nas melhorias da propriedade.	Estimular o produtor a realizar as anotações das despesas e saber se há lucro na atividade, por meio de cursos, excursões, demonstrações de unidades de produção.
Hortaliças a campo	Má conservação das estradas, necessitando de manutenção constante.	Falta de recursos financeiros e práticas conservacionistas nas propriedades rurais.	Problemas no escoamento da produção e trafegabilidade principalmente em períodos.	Trabalho conjunto de produtores e Prefeitura para melhoria das condições de trafegabilidade das estradas, por meio do cumprimento de lei sobre faixa de domínio, lei de conservação do solo. Parcerias com a iniciativa privada e busca de recursos federais e estaduais para conservação e manutenção de estradas rurais.
	Cima favorece manifestação de doenças. Baixa eficiência no controle fitossanitário.	Pouca adoção de tecnologias preventivas e curativas.	Prejuízos financeiros diminuição de renda e comprometimento da produtividade e qualidade.	Incentivar o uso de armadilhas e caldas alternativas. Implantar monitoramento para avaliar nível de dano. Incentivar o cultivo protegido. Treinamento constante em tecnologia de aplicação de defensivos químicos.

	Desorganização dos produtores a nível social e produtivo	Falta de fortalecimento no poder de negociação dos produtores. Baixo poder de negociação. Aumento dos preços dos insumos. Falta de cadastro e seleção de compradores. Falta de venda formal. Dificuldade e falta de estímulo, informação, iniciativa, sensibilização dos produtores, medo ou receio do produtor em participar de empresa coletiva.	Desorganização do setor primário da cadeia produtiva. Afeta diretamente a renda do produtor e provoca impactos negativos na atividade produtiva. Prejuízos causados por calote. Demora ou atraso nos pagamentos.	Reuniões de sensibilização para adesão do produtor nas associações e cooperativas já existentes no município. Organização na comercialização: vendas coletivas através de cooperativas, formação de cadastro de compradores, fixação de preço médio, seleção de compradores, documentos formais de comercialização. Instalar postos de arrecadação/fiscalização nas saídas do município.
	Falta de seguro agrícola	Falta de legislação específica e desinteresse das seguradoras em oferecer cobertura.	Aumento significativo no risco da atividade produtiva.	Através da maior representatividade dos agricultores, pleitear junto aos órgãos competentes a criação da legislação necessária para oferecer a cobertura do seguro agrícola para hortaliças.
	Falta agregação de valor aos produtos comercializados.	A inexistência de equipamentos na agroindústria. Falta de recursos financeiros	Diminuição da renda	Aquisição de máquinas e equipamentos para processar os alimentos. Instalar packing-house. Incentivo ao turismo rural.

	Falta de capacitação dos produtores e da mão de obra local.	Êxodo rural. Falta de organização dos trabalhadores. Faltam treinamentos, cursos de capacitação.	Aumento nos custos de produção. Falta mão de obra e prejuízos pela não realização dos serviços no período adequado.	Investimento na mão de obra para a agricultura. Valorização da agricultura familiar. Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa.
--	---	--	--	--

Fruticultura de clima temperado	Má conservação das estradas, necessitando de manutenção constante.	Falta de recursos financeiros e práticas conservacionistas nas propriedades rurais	Problemas no escoamento da produção e trafegabilidade principalmente em períodos.	Trabalho conjunto de produtores e Prefeitura para melhoria das condições de trafegabilidade das estradas, por meio do cumprimento de lei sobre faixa de domínio, lei de conservação do solo. Parcerias com a iniciativa privada e busca de recursos federais e estaduais para conservação e manutenção de estradas rurais.
	Desorganização dos produtores a nível social e produtivo	Falta de fortalecimento no poder de negociação dos produtores. Baixo poder de negociação. Aumento dos preços dos insumos. Falta de cadastro e seleção de compradores. Falta de venda formal. Dificuldade e falta de estímulo, informação, iniciativa, sensibilização dos produtores, medo ou receio do produtor em participar de empresa coletiva.	Desorganização do setor primário da cadeia produtiva. Afeta diretamente a renda do produtor e provoca impactos negativos na atividade produtiva. Prejuízos causados por calote. Demora ou atraso nos pagamentos.	Reuniões de sensibilização para adesão do produtor nas associações e cooperativas já existentes no município. Organização na comercialização: vendas coletivas através de cooperativas, formação de cadastro de compradores, fixação de preço médio, seleção de compradores, documentos formais de comercialização. Instalar postos de arrecadação/fiscalização nas saídas do município.

	Cima favorece manifestação de doenças. Baixa eficiência no controle fitossanitário.	Pouca adoção de tecnologias preventivas e curativas.	Prejuízos financeiros diminuição de renda e comprometimento da produtividade e qualidade.	Incentivar o uso de armadilhas e caldas alternativas. Implantar monitoramento para avaliar nível de dano. Incentivar o cultivo protegido. Treinamento constante em tecnologia de aplicação de defensivos químicos.
	Falta de seguro agrícola	Falta de legislação específica e desinteresse das seguradoras em oferecer cobertura.	Aumento significativo no risco da atividade produtiva.	Através da maior representatividade dos agricultores, pleitear junto aos órgãos competentes a criação da legislação necessária para oferecer a cobertura do seguro agrícola para hortaliças.
	Falta agregação de valor aos produtos comercializados.	A inexistência de equipamentos na agroindústria. Falta de recursos financeiros	Diminuição da renda	Aquisição de máquinas e equipamentos para processar os alimentos. Instalar packing-house. Incentivo ao turismo rural.
	Falta de capacitação dos produtores e da mão de obra local.	Êxodo rural. Falta de organização dos trabalhadores. Faltam treinamentos, cursos de capacitação.	Aumento nos custos de produção. Falta mão de obra e prejuízos pela não realização dos serviços no período adequado.	Investimento na mão de obra para a agricultura. Valorização da agricultura familiar. Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa.

Cereais (milho e feijão)	Dificuldade de estimular o produtor a produzir um milho diferenciado.	Baixa auto-estima, o produtor está desacreditado.	A produção vem diminuindo	Investimento na mão de obra para a agricultura. Valorização da agricultura familiar. Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa.
-------------------------------------	---	---	---------------------------	--

				Encontros para sensibilização sobre a proposta de comercialização de milho diferenciado.
	Dificuldade de armazenamento. Dificuldade de secagem. Dificuldade de obter embalagem.	Diminuição da produção	O produto disponível de baixa qualidade e produtividade. Cereais para o consumo próprio.	Valorização da mão de obra familiar e apoio técnico.
	Dificuldade de organizar o produtor na compra de sementes e insumos, para baixar os custos de produção.	Diminuição da produção	O produto disponível de baixa qualidade e produtividade. Cereais para o consumo próprio.	Valorização da mão de obra familiar e apoio técnico.
	Dificuldade de o produtor adotar tecnologias de plantio. Melhorar o stand do milho e do feijão.	Diminuição da produção	O produto disponível de baixa qualidade e produtividade. Cereais para o consumo próprio.	Valorização da mão de obra familiar e apoio técnico.
	Dificuldade de obter a construção de barracão e silo.	Falta de recursos financeiros	Dificuldade em armazenar fazer estoque e conquistar o mercado	Investimento na mão de obra para a agricultura. Valorização da agricultura familiar. Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa. Encontros para sensibilização sobre a proposta de comercialização de milho diferenciado.
	Falta de monitoramento	Diminuição da produção	O produto disponível de	Incentivar o uso de armadilhas e caldas

	para controle de pragas.		baixa qualidade e produtividade. Cereais para o consumo próprio.	alternativas. Implantar monitoramento para avaliar nível de dano. Treinamento constante em tecnologia de aplicação de defensivos químicos
--	--------------------------	--	---	---

Gado de corte	Má conservação das estradas, necessitando de manutenção constante.	Falta de recursos financeiros e práticas conservacionistas nas propriedades rurais.	Problema no escoamento da produção e trafegabilidade prejudicada.	Trabalho conjunto de produtores e Prefeitura para melhoria das condições de trafegabilidade das estradas, por meio do cumprimento de lei sobre faixa de domínio, lei de conservação do solo. Parcerias com a iniciativa privada e busca de recursos federais e estaduais para conservação e manutenção de estradas rurais.
	Ausência de matadouro municipal legalizado	Os produtores não possuem local adequado para o beneficiamento da carne.	Problemas de saúde pública e ambiental.	Buscar parcerias públicas e privadas para instalação de abatedouro no município.
	Pouca adoção de tecnologias e estratégias de alimentação do gado no período de inverno.	Gado magro sem peso para abate e mortandade dos animais	Diminuição da renda do produtor. Prejuízo para o produtor e o município.	Investimento na mão de obra para a pecuária. Valorização da agricultura familiar. Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa. Encontros para sensibilização sobre a proposta de comercialização da carne.
	Falta de botijões comunitários de sêmem.	Recursos financeiros.	Diminuição da renda do produtor. Prejuízo para o produtor e o município.	Investimento na mão de obra para a pecuária. Ampliação para a mão de obra familiar em aprender a inseminar e até renda extra a outras propriedades.

				Incentivo a criação de uma associação ou cooperativa. Encontros para sensibilização sobre a proposta de melhoria da genética do rebanho.
	Insuficiente a patrulha agrícola (máquina e equipamentos).	Produtor não atendido.	Diminuição da renda do produtor. Prejuízo para o produtor e o município.	Trabalho conjunto de produtores e Prefeitura para melhoria das condições de atendimento. Parcerias com a iniciativa privada e busca de recursos federais e estaduais para aquisição de nova patrulha agrícola.
	Ausência de fábrica de ração.	Faltam recursos financeiros	Aumento do custo de produção para o produtor familiar. Alimentação gado insuficiente. Redução da capacidade produtiva.	Instalação de uma pequena fábrica de ração comunitária através de uma Associação de produtores e aproveitamento do milho do agricultor familiar.
	Falta de manutenção de cercas comuns e cercas vivas nas propriedades.	Falta de atitudes do produtor e fiscalização.	Animais na estrada	Elaborar campanhas para divulgação do combate de animais soltos na pista.
Turismo Rural	Má conservação das estradas rurais.	Falta de recursos financeiros e práticas conservacionistas nas propriedades rurais.	Problema no recebimento aos turistas e trafegabilidade prejudicada.	Trabalho conjunto de produtores e Prefeitura para melhoria das condições de trafegabilidade das estradas, por meio do cumprimento de lei sobre faixa de domínio, lei de conservação do solo. Parcerias com a iniciativa privada e busca de recursos federais e estaduais para conservação e

				manutenção de estradas rurais.
	Falta de incentivos fiscais ao turismo rural a aos produtos artesanais e coloniais.	Falta de legislação adequada aos produtos artesanais da agroindústria familiar e ao turismo rural	Aumento de custos, diminuição de renda e dos investimentos. Agroindústria familiar atuando de maneira informal.	Reivindicar ao poder público os incentivos fiscais e a legislação adequada a agroindústria familiar.
	Falta de campanhas para a valorização do turismo, divulgação e marketing.	Falta de recursos financeiros Comtur pouco atuante e Departamento do turismo limitado.	Potencial turístico de R. Grande pouco explorado.Desinformação turística da população. A população não despertou para a geração de renda. O município possui belezas naturais que não se constroem.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para ampliar a Assistência técnica e extensão rural, capacitar monitores e guias turísticos e promover campanhas de marketing do turismo ecológico e rural. Promover cursos, palestras e eventos turísticos e gastronômicos.
	Falta de local adequado para o comércio de artesanato e produtos coloniais.	Falta de recursos financeiros.	Pouca atratividade e falta de preparo dos munícipes para receber os turistas no local.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para ampliar a Assistência técnica e extensão rural, capacitar monitores e guias turísticos e promover campanhas de marketing do turismo ecológico e rural. Promover cursos, palestras e eventos turísticos e gastronômicos.
	Estímulo e informação da população local da importância do turismo como fonte de emprego e renda.	Falta recursos financeiros. Falta de políticas públicas.	Desinteresse da comunidade Desconhecimento da comunidade dos pontos turísticos.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para ampliar a Assistência técnica e extensão rural, capacitar monitores e guias turísticos e promover campanhas de marketing do turismo ecológico e rural. Promover cursos, palestras e eventos turísticos e gastronômicos.

2.4 Avaliação das oportunidades/potencialidades das principais cadeias produtivas

Cadeia Produtiva	Oportunidades/ Potencialidades	Por que não Explora	Efeitos da Exploração	Ações propostas
Leite	Fortalecimento das Associações e estímulo à formação de novas organizações.	Desmotivação do produtor em estar atuando nas políticas públicas	Produtor fragilizado e desinteressado em participar de encontros e reuniões.	Palestras de sensibilização e aquisição de máquinas e equipamentos para fomentar a produção.
	Implantação de tanques resfriadores comunitários. Implantação de botijões de sêmem comunitários.	Falta de recursos financeiros	O município não é bacia leiteira e a atividade é considerada como garantia de receita mensal. Exploração de áreas degradadas para a agricultura.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para ampliar a Assistência técnica e extensão rural, capacitar monitores e adquirir os resfriadores.
	Implantação de fábrica de ração animal no município.	Falta de recursos financeiros	Produtos para alimentação bovina cada vez mais caro e diminuição de divisas agrícolas.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para implantação da fábrica e aproveitamento do projeto de cereais para a alimentação animal.

	Programa de capacitação dos pecuaristas quanto à gestão da propriedade e a busca da sustentabilidade do meio ambiente.	Desmotivação do produtor em estar atuando nas políticas públicas	Produtor cada vez mais descapitalizado e sem estímulo para a produção.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político política pública para o leite.e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.
	Programa de incentivo aquisição de mini-ordenhadeiras mecânicas (modelo balde ao pé), pequenos resfriadores, cerca elétrica, sêmem, trituradores de forragem, cochos e bebedouros, roçadeiras, calcário, adubação, reforma de pastagem.	Falta de investimentos	Poder aquisitivo baixo e alto índice de inadimplência	Palestras de sensibilização e aquisição de máquinas e equipamentos para fomentar a produção fomentando o Associativismo e o Cooperativismo.
	Implantar Programa de aquisição de animais de boa genética e melhoradores do rebanho atual.	Poder aquisitivo baixo e alto índice de inadimplência, dificuldade acessar créditos de bancários (Pronaf entre outros).	Falta de infra-estrutura para programa de inseminação artificial e aquisição de animais de boa genética.	Palestras de sensibilização e aquisição de máquinas e equipamentos para fomentar a produção fomentando o Associativismo e o Cooperativismo.

				Implantar a escrituração agrícola para controle de despesas e receitas.
	Fomento a Agroindústria familiar de produtos artesanais e coloniais e incentivos ao turismo rural para agregar valor ao leite.	Falta de equipamentos na agroindústria construída e não utilizada para o fim	Produtor perdendo leite e frutas e diminuindo a renda.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para implantação da fábrica e aproveitamento do projeto de cereais para a alimentação animal.
	Fomento a criação de Cooperativas de trabalhadores na agropecuária, visando à melhoria de oferta e qualificação da mão de obra.	Produtores fragilizados e desestimulados a participar de reuniões.	Produtor diminuindo cada vez mais sua renda e oferta de emprego. Êxodo rural por parte dos filhos e noras.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político política pública para o leite.e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.
	Fomentar a coleta seletiva de materiais recicláveis na zona rural e confecção de composto orgânico.	Dificuldade de caminhão em aumentar a rota de coleta. Estradas com má conservação.	Materiais recicláveis depositados a céu aberto e ou armazenados de modo irregular aguardando sucateiros que passam recolhendo e trocam por doces.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para aquisição de caminhão para atingir 100% do município em coleta seletiva de lixo e implantar campanhas para uso dos resíduos orgânicos para produção de adubo.

	Programas governamentais como PAA, compra direta, merenda escolar.	Falta infra-estrutura para pasteurizar o leite. O excesso de documentos junto à legislação dificulta o acesso ao Serviço de Inspeção.	Diminuição de canais de comercialização e diminuição do emprego e da renda.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político políticas públicas para o leite e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.
Hortaliças a campo	Implantar práticas conservacionistas nas propriedades rurais	Falta de recursos financeiros e equipamentos insuficientes	Uso inadequado da capacidade do solo e uso intensivo das máquinas e equipamentos.	Buscar recursos e parcerias públicas e privadas para aquisição de patrulha agrícola.
	Pouca adoção de tecnologias preventivas e curativas nas plantas já instaladas.	Falta de atitudes do produtor em adotar o monitoramento para nível de dano econômico.	Erosão e perda da fertilidade do solo e assoreamento dos córregos.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural e treinamentos para uso de caldas alternativas.
	Falta de fortalecimento no poder de negociação dos produtores. Baixo poder de negociação. Aumento dos preços dos insumos. Falta de cadastro e seleção de compradores. Falta de venda formal.	Produtor desestimulado a participar de reuniões de associação e cooperativas.	Produtor perdendo renda e oportunidade de gerar emprego e renda.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político políticas públicas para a atividade agrícola e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.

	Dificuldade e falta de estímulo, informação, iniciativa, sensibilização dos produtores, medo ou receio do produtor em participar de empresa coletiva.			
	Falta de legislação específica e desinteresse das seguradoras em oferecer cobertura.	As agências bancárias não há interesse em assegurar as lavouras. Zoneamento agrícola dificulta o acesso agrícola.	Produtor impossibilitado de acessar o seguro e ter garantia de retorno mediante sinistro.	Reivindicar ao poder público a legislação adequada a produção familiar.
	A inexistência de equipamentos na agroindústria.	Falta de recursos financeiros	Produtor perdendo renda e oportunidade de gerar emprego e renda.	Reivindicar ao poder público os incentivos fiscais e a legislação adequada à agroindústria familiar.
Fruticultura de clima temperado	Diversificar a produção da pequena propriedade.	Falta de recursos financeiros.	Produtor perdendo renda e oportunidade de gerar emprego e renda.	Aumentar a oferta de emprego e renda.
	Capacitar às mulheres para aproveitamento das frutas doces compotas, licores.	Falta de recursos financeiros.	Mão de obra ociosa ou subempregada nas áreas urbanas.	Proporcionar o descobrimento dos sabores das frutas do Ribeirão Grande.
	Melhoramento das condições físicas químicas e biológicas do solo.	Produtores fragilizados e desestimulados a participar de reuniões.	Solo com uso inadequado em sua capacidade de campo.	Introduzir a adubação verde. Criação de associações ou cooperativas Organização e centralização da

				comercialização dos produtos agropecuários
	Programas governamentais como o PAA, compra direta, Merenda escolar.	Falta de recursos financeiros para implantar a atividade de fruticultura.	Produtor desestimulado e perdendo espaço e renda	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político políticas públicas para a atividade agrícola e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.
	Equipar a agroindústria com equipamentos para confeccionar os doces, compotas, geléias, licores.	Falta de recursos financeiros e de produção escalonada.	Perda de oportunidade de gerar emprego e renda e melhorar a qualidade de vida.	Busca de pontos de comercialização nos centros consumidores Promover um marketing dos produtos agropecuários da região. Incentivo ao turismo rural.

Cereais (milho e feijão)	Estimular a elaboração de incentivos ao produtor rural em se tornar um produtor de água.	Produtor não estimulado a realizar a conservação do solo e da água.	Produtor cada vez mais perdendo renda e a fertilidade do solo.	Estimular as ações de preservação do meio ambiente e adquirir selos agregando valor ao produtor e município. Estimular a produção no período da entressafra. Obtenção de produtos com padrão e qualidade.
	Atingir um nicho de mercado diferenciado agregando valor.	Produtor desinteressado e desvalorizado.	Perda de renda e baixa qualidade de vida	Campanhas para valorização do produtor rural e a produção da agricultura familiar.
	Produção de milho para alimentação humana.	Falta de infra-estrutura para estimular o produtor e canais de comercialização.	Falta de mercado do milho para a alimentação humana do milho do agricultor familiar e perda de renda.	Agregar valor na produção de milho com sustentabilidade. Entrega da produção para programas governamentais.
	Produção de milho não transgênico para alimentação humana.	Falta de infra-estrutura para estimular o produtor e canais de comercialização.	Produtor com dificuldade de vender o pouco que produz.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao poder político políticas públicas para a atividade agrícola e aumento da

				representatividade dos produtores rurais junto ao poder público.
	Agregar valor ao milho seco na roça, para produção de glitz (milho para indústrias de salgadinhos).	A produção é insuficiente e o produtor desacreditado.	Diminuição de renda e emprego	Acionar empresas que comprem o milho do agricultor familiar.
Turismo Rural	Criação do guia municipal de turismo.	Falta de investimentos e recursos financeiros	Diminuição de renda e emprego	Promover campanhas, encontros e divulgação da importância do turismo para o município como um todo. Confecção de materiais de apoio à promoção do turismo.
	Fortalecer o Comtur e o Departamento Municipal de Turismo.	Falta de recursos financeiros e de planejamento.	Munícipes desmotivados e desacreditados.	Promover campanhas, encontros e divulgação da importância do turismo para o município como um todo. Melhorias das estruturas físicas nos pontos de comércio
	Incentivos fiscais, isenção de impostos ao turismo rural.	Falta de recursos financeiros e de planejamento	Munícipes desmotivados e desacreditados.	Implantar campanhas de valorização do produtor rural, da produção local e reivindicar junto ao

				poder político políticas públicas para a atividade agrícola e aumento da representatividade dos produtores rurais junto ao poder público. Investimentos e marketing e divulgação do turismo em Ribeirão Grande e região.
	Fortalecer as Associações e Cooperativas ligadas ao turismo e artesanato.	Falta de recursos financeiros e produtores fragilizados	Produtor perdendo a oportunidade de gerar emprego e renda.	Buscar apoio das empresas privadas, ONG's e poder público para alavancar o turismo no município.
	Construir de um matadouro municipal.	Falta de recursos financeiros	Produtor perdendo a oportunidade de gerar emprego e renda. Produtor vendendo animais clandestino e ou custos altos para transportar em matadouro vizinho	Fortalecer o Associativismo e buscar parceiros para construir o matadouro.

Gado de corte	Implantar programa de inseminação artificial, vacinação de brucelose tuberculose, atendimento veterinário, agrônomo e técnico agropecuário.	Falta de recursos financeiros .	Produtor perdendo a oportunidade de gerar emprego e renda.	Busca de parceiros para aprimoramento do atendimento do Departamento.
	Melhorar as condições físicas, químicas e biológicas do solo.	Falta de recursos financeiros e produtor desestimulado.	Diminuição das áreas de preservação permanente	Valorização dos produtores e apoiar a produção da agricultura familiar incentivando o aumento da renda.
	Adquirir selo verde revertendo aos produtores incentivos por preservar e conservar os córregos.	Falta de recursos financeiros	Diminuição das áreas de preservação permanente e diminuição de renda.	Valorização dos produtores e apoiar a produção da agricultura familiar incentivando o aumento da renda.

	Fomentar a diversificação da agroindústria familiar, na fabricação de produtos artesanais, coloniais.	Falta de recursos financeiros	Diminuição da renda do produtor.	Buscar apoio das empresas privadas, ONG's e poder público para construção de matadouro no município
--	---	-------------------------------	----------------------------------	---

3. Diretrizes para o desenvolvimento municipal

Ordem	Diretrizes	Indicadores	Estratégias	Instituições envolvidas
1º	Desenvolvimento Rural Sustentável da cadeia de produção de leite.	Implantar 01 Unidade Demonstrativa; Capacitar 10 Agricultores e técnicos ; Adquirir 03 resfriadores Construir 03 abrigos para armazenar os resfriadores Equipar a agroindústria Aquisição de botijões de semê Treinar 10 agricultores aptos a inseminar Adequar estradas rurais Segurança alimentar Segurança sanitária Agricultores organizados Agroindústria estruturada Resfriadores implantados Área de pastagem melhorada Aumento de produtividade Legalização dos pequenos sistemas de produção	Implantação CATI Leite e microbacias² Crédito rural e organização rural Assistência técnica e extensão rural Eventos (treinamentos) Viabilização de linhas de crédito (PRONAF e FEAP) Elaboração de convênios com Prefeitura, Secretaria da Agricultura do Estado e Governo Federal, através de seus programas- Vivaleite, Merenda escolar, PAA	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PMRG Prefeitura Municipal, Ongs,

2º	Hortaliças a campo	Adquirir 10.000 m2 de estufas para produção Promover cursos de uso racional de aplicação de defensivos agrícolas.	Elaborar projetos. Reunir os produtores. Apoiar a cooperativa existente. Elaborar plano de curso	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PM RG.
3º	Desenvolvimento Rural Sustentável da Cadeia Produtora de Cereais (milho e feijão)	Adquirir 01 secador Adquirir um barracão Estimular 20 produtores a produzir milho para alimentação humana	Elaborar projetos. Reunir os produtores. Apoiar a cooperativa existente.	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PM RG, ONG's. Núcleo de Produção de Mudas e Sementes da CATI
4º	Desenvolvimento Rural Sustentável da Fruticultura de clima temperado	Adquirir 10 lotes de 200 mudas de frutíferas variadas Equipar a agroindústria com máquinas e equipamentos.	Elaborar projetos. Reunir os produtores. Apoiar a cooperativa existente.	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PM RG, ONG's., Núcleo de Produção de Mudas e Sementes da CATI
5º	Desenvolvimento Sustentável do Turismo ecológico e rural	Promover 04 campanhas de valorização do produtor rural e suas atividades. Realizar levantamento patrimonial do município Infra-estrutura saneamento básico	Elaborar projetos. Reunir os produtores. Elaborar projetos. Reunir os produtores. Cumprimento de TAC	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PM RG, ONG's., Parque Estadual Intervalos SABESP/PMRG
6º	Desenvolvimento Rural Sustentável do Gado de corte	Construir 01 matadouro municipal	Elaborar projetos. Reunir os produtores.	Consad, MDA, MDS, CATI, PEMBH, PM RG, ONG's.,

4. Planejamento da Execução

4.1 Iniciativas para o desenvolvimento rural em andamento

Prioridade	Nome	Instituições	Metas	Prazos	Recursos R\$	Beneficiários
Leite	Resfriadores	Consad - MDA	03 unidades	Dez/10	50.000,00	Produtores de Leite
Leite	Abrigos	PMRG	03 unidades	Nov./10	18.000,00	Produtores de Leite
Leite	Treinamentos sanidade animal e inseminação artificial.	PEMBH/PMRG	02 unidades	Jun./10	6.000,00	Produtores de Leite e corte
Hortaliças	Comercialização PAA	CONAB/PMRG/Cooperativa Agrícola de Ribeirão Grande	43 produtores	Dez/10	150.500,00	Agricultores familiares
Cereais(milho/feijão)	Patrulha Agrícola	MDA/PMRG	02 tratores, 06 equipament os	Dez/10	253.000,00	Pecuarista e agricultores familiares
Cereais(milho/feijão)	Batedeiras de cereais	MDA/PMRG	02	Dez/09	12.000,00	Pecuarista e agricultores familiares
Fruticultura clima temperado	Caminhão de carroceria de madeira	MDA/PMRG	01 unidade	Out./09	50.000,00	Pecuarista e agricultores familiares
Turismo	Ampliação da rede de esgoto	SABESP/PMRG	01	Dez/13	1.000.000,00	Munícipes todos.
	Curso técnico em turismo	PMRG/Escola Técnica Paula Souza	01	Dez/09	80.000,00	Munícipes todos
	Levantamento patrimonial	PMRG/Escola Técnica Paula Souza	01	Dez/10	10.000,00	Alunos curso técnico e população em geral

4.2 Novas iniciativas necessárias para atendimento das diretrizes do plano

Prioridade	Nome	Instituições	Metas	Prazos	Recursos	Beneficiários
1,2,3,4,5,6	Programa Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal e Associação de Produtores Rurais	Oferecer acesso ao mercado através do cooperativismo e associativismo aos produtores das microbacias hidrográficas do município. Participar com incentivos grupais e individuais para promoção do desenvolvimento local e regional. Promover a agregação de valores aos produtos da agricultura familiar	2010 a 2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Pequenos e médios produtores rurais das microbacias aprovadas. Associações e cooperativas de produtores rurais.
1	Central de Inseminação Artificial, Coleta e Armazenamento de Leite com Tanque Resfriador	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal e Associação de Produtores Rurais Consad/MDA/PMRG/PEMH	Maximizar a melhoria genética dos rebanhos locais. Melhorar a coleta, o armazenamento e comercialização de leite pelos pequenos	2010 a 2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de	Pecuaristas e população local e regional

			produtores. Aumento da produtividade e qualidade do leite de 10 produtores		produtores rurais	
2	Implantação de Estufas para produção de hortaliças	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal Consad/MDA/PMRG/PEMH	Aumento da produtividade e qualidade da produção agrícola, com implantação de 10.000 m2 de estufas.	2010 a 2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Agricultores familiares e população local e regional
2,4	Aquisição de equipamentos para agroindústria	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal Consad/MDA/PMRG/PEMH	Beneficiamento, Embalagem e Comercialização de produtos derivados da agricultura. Ganhos de escala de produção, legalização da atividade e comercialização conjunta, melhoria de qualidade do	2010 a 2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Agricultores familiares e população local e regional

			produto.			
3	Aquisição de equipamentos para secagem de cereais	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal Consad/MDA/PMRG/PEMH	Qualidade, beneficiamento, higienização, padronização e diferenciação do produto. Comercialização conjunta. Venda direta ao consumidor.	2010-2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Agricultores familiares e pecuaristas.
4	Implantação de plantio de frutíferas	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal NPMS-CATI/PMRG/PEMH	Atendimento a cerca de 2.000 pequenos e médios produtores com maquinário e equipamentos agrícolas para a implantação de 2.000 unidades de frutíferas. Atuar de maneira eficiente e diversificada .	Dez/13	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Agricultores familiares
5	Pólo de Turismo Rural	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal Consad/MDA/PMRG/PEMH/TEAR , Ongo Ideas/Intervales	Instalações do Ponto de Vendas-comércio de produtos coloniais, panificação,	2010 a 2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores	Produtores rurais e artesãos do município

			artesanato, Agência de Informações ao Turista. Centralização e fortalecimento de atividades ligadas ao turismo. Campanhas de valorização		rurais, Associações , COMTUR	
6	Construção de estruturas de abate	Banco Mundial, Secretaria de Agricultura e Abastecimento – CATI, Prefeitura Municipal Consad/MDA/PMRG/PEMH	Ganhos de escala de produção, legalização da atividade e melhoria de qualidade do produto.	2010-2013	Banco Mundial, SAA, Prefeitura, Produtores rurais, Associações e cooperativas de produtores rurais	Pecuaristas e população local e regional

5. Instituições envolvidas

IDEAS – Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável

TEAR Turismo, Ecologia, Artesanato de Ribeirão Grande

CONSAD – Consórcio dos Municípios do Sudoeste Paulista

MDA – Ministério Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

PEMBH – Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas

SMA - Secretaria do Meio Ambiente - Parque Estadual Intervales

A Prefeitura Municipal e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural aprovam este plano.

Ribeirão Grande, 23 de agosto de 2009.

Eliana dos Santos Silva
Prefeita Municipal

Hildo da Conceição
Presidente do CMDR